

Brasil paga US\$ 7 bi a credores

O Brasil emitiu ontem 7,105 bilhões de dólares em **jorio's bonds**, papéis de emissão do Tesouro Nacional para colocação junto aos bancos credores, relativos aos juros da dívida externa atrasados entre 1989 e 1990. Quinta-feira, o País fez um pagamento de 860 milhões de dólares, dos juros já vencidos sobre os **jorio's bonds** entre janeiro de 1991 e junho de 1992. Com isso, conclui-se o processo de renegociação dos juros em atraso, cujo acordo foi fechado pelo ex-negociador da dívida externa, Jório Dauster, ainda no governo Collor.

A distribuição do pagamento e do bônus aos cerca de 600 bancos credores internacionais foi feita pelo Citibank, eleito agente fiscal e centralizador, pelo Brasil, junto ao comitê dos credores.

Os bônus serão resgatados em dez anos com três de carência e os bancos terão duas opções de rendimento: na primeira, a taxa fixa será de 7,1316 por cento; 8,375 por cento, no segundo turno; 8,75 por cento, no terceiro; e **libor** semestral mais 0,8125 por cento, entre o quarto e o décimo ano. Esta seria a "Opção A".

Em outra modalidade, chamada de "Opção B", a variação será:

libor semestral mais 0,8125 por cento, com limite entre 6 e 8,2 por cento para a taxa interbancária londrina.

O início do acerto dessa dívida externa ocorreu, no ano passado, quando o País pagou a primeira parcela de dois bilhões de dólares. Pelo acordo, embora a emissão dos bônus aconteça agora, sua vigência é retroativa a janeiro de 1991.

Juros — Explica-se assim, o desembolso líquido dos 860 milhões de dólares quinta-feira, correspondente à remuneração dos papéis. No final de dezembro próximo, o País desembolsará

mais 280 milhões de dólares referentes aos juros sobre os bônus deste semestre.

O acordo alcançado "demonstra a seriedade do Governo do Brasil na normalização de suas relações com os bancos internacionais", destacou num comunicado o presidente do Citibank, William Rhodes. Apesar da "agitação política" após o impeachment do presidente Collor de Mello, o governo de Itamar Franco pode manter a linha de negociações do Brasil com os bancos internacionais, destacaram analistas financeiros.